



PRODUÇÃO AGRÍCOLA, RECEITAS E DESIGUALDADES: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA PRELIMINAR ENTRE MATO GROSSO DO SUL E CEARÁ

Iara Rafaela Gomes¹

Ailton de Souza²

Resumo: Este artigo exploratório busca apresentar um conjunto de características e analisar de forma panorâmica-comparativa alguns contrastes entre o aumento da produção agrícola e indicadores sociais dos estados de Mato Grosso do Sul e Ceará, refletindo se o primeiro, impacta de algum modo na atenuação do segundo. Ou seja, se avalia se o nível de produção é um fator que pode ser levado em consideração quando se observa alguns indicadores sociais diante a receitas e benefícios ao setor produtivo. O método adotado, dado a carência de dados objetivos onde essa correlação é automática, foi arbitrário e consistiu-se da análise de uma relação espúria entre o aumento da produção agrícola e a melhora das estatísticas sociais de pobreza. Cotejou-se neste cenário ambos os contextos envolvidos, de modo que se observou variáveis como: PIB do agronegócio, Imposto Territorial Rural e pagamentos de benefícios assistenciais. Os resultados mostram, ao menos, no âmbito da pobreza, que a projeção de riqueza trazida pela produção agrícola não é o elemento central que impacta diretamente nos indicadores sociais a ponto de ser uma variável condicionante. Aspecto que reafirma que governos e estados têm papel central na organização orçamentária a ponto de gerar riqueza e desenvolvimento com equilíbrio e maior justiça social.

Palavras-chave: Agronegócio, arrecadação, renúncia fiscal, justiça social.

AGRICULTURAL PRODUCTION, REVENUES, AND INEQUALITIES: A PRELIMINARY COMPARATIVE APPROACH BETWEEN MATO GROSSO DO SUL AND CEARÁ

Abstract: This exploratory article seeks to present a set of characteristics and analyze in a panoramic-comparative way some contrasts between the increase in agricultural production and social indicators in the states of Mato Grosso do Sul and Ceará and reflect on whether the first

¹ Doutora em Geografia (UFC). Docente dos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia da instituição em que trabalha como professora Adjunta do Departamento de Geografia da UFC, Campus do Pici, Fortaleza. iarageo@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-3459-580X>

² Doutor em Ciência Política (UNICAMP). Professor e pesquisador do Curso de Ciências Sociais da UEMS/Paranaíba. ailtonsouza.uems@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-7424-2243>

impacts in any way on the attenuation of the second. In other words, it is evaluated whether the level of production is a factor that can be taken into account when observing some social indicators in relation to revenues and benefits to the productive sector. The method adopted, given the lack of objective data where this correlation is automatic, was arbitrary and consisted of the analysis of a spurious relationship between the increase in agricultural production and the improvement of social poverty statistics. In this scenario, both contexts involved were compared, so that variables such as agribusiness GDP, Rural Land Tax and payments of welfare benefits were observed. The results show, at least in the context of poverty, that the projection of wealth brought by agricultural production is not the central element that directly impacts social indicators to the point of being a conditioning variable. An aspect that reaffirms that governments and states have a central role in the budget organization to the point of generating wealth and development with balance and greater social justice.

Keywords: Agribusiness, tax collection, tax waiver, social justice.

1 Introdução

A produção agrícola brasileira aponta, de modo geral, para contínuos recordes e, de forma concomitantemente, vem aumentando o volume de suas exportações para diversos países com quem mantém relações comerciais. E segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2020), especialmente na produção de grãos aponta para estimativas crescentes, que variam de uma produção de 250 milhões de toneladas em 2020 para uma projeção de 367 milhões até 2030. Cenário que tem como um dos fatores preponderantes o fato já notório do Brasil apresentar enorme disponibilidade de terras férteis, reservas de água doce e, receber incentivos e investimentos crescentes para a produção agrícola, sobretudo, no que tange a isenções tributárias e linhas de financiamento específicas. Tais características colaboram para que o país seja conhecido como um dos principais “celeiros do mundo” no âmbito da produção alimentar.

Entretanto, o fato de ser conhecido como um dos principais produtores de alimentos, parece não ser o suficiente para baratear os preços dos alimentos ou mesmo eliminar os índices de desigualdade e fome ainda existentes país. E tão pouco, atenua as discrepâncias produtivas regionais devida a ampla diversidade de clima, relevo e condições políticas e econômicas. De modo, que reconhecer a existência de especificidades nas formas de produção, apropriação do espaço agrícola rural e urbano nas diferentes regiões produtivas do país, tornou-se fundamental (ELIAS,2011). Especialmente, quando busca-se traçar diagnósticos mais aprofundados sobre a cadeia produtiva nacional. Pois, mesmo que a produção de alimentos seja destaque, dados socioeconômicos sobre desigualdade ainda são sintomáticos, principalmente depois da

pandemia do COVID 19, quando se registrou além de um elevado número de óbitos e o aumento da fome.

Considerando este amplo contexto, este artigo exploratório busca apresentar um conjunto de características e analisar de forma panorâmica-comparativa alguns contrastes entre o aumento da produção agrícola e indicadores sociais dos estados de Mato Grosso do Sul e Ceará e reflete se o primeiro, impacta de algum modo na atenuação do segundo. Ou seja, se avalia se o nível de produção é um fator que pode ser levado em consideração quando se observa alguns indicadores sociais diante a receitas e benefícios ao setor produtivo.

Em face ao objetivo proposto, explora-se aqui alguns cenários a partir do exame de determinados contrastes regionais, observando, principalmente se há uma correlação entre o aumento da produção agroalimentar e das receitas oriundas do agronegócio e o desenvolvimento do estado. Sobretudo, na redução da fome e pobreza. Para tanto, o método adotado, dado a carência de dados objetivos onde essa correlação é automática, foi arbitrário e consistiu na análise de uma relação espúria entre o aumento da produção agrícola e a melhora das estatísticas sociais de pobreza. Cotejou-se neste cenário ambos os contextos envolvidos, de modo que se observou variáveis como: PIB do agronegócio, Imposto Territorial Rural e pagamentos de benefícios assistenciais. Em termos comparativos seguimos métricas derivadas do método de estudo de caso comparado (YIN, 2005), tomando como base as variáveis apontadas de dois estados de regiões de produção alimentar e contextos produtivos distintos.

Vale considerar preliminarmente em relação a amostra, que o estado de Mato Grosso do Sul situado na região Centro-Oeste apresenta um perfil predominantemente agropecuário e com destaque nacional na produção de grãos e carne e o estado do Ceará na Região Nordeste se caracteriza por uma ampla diversidade produtiva e com muitas famílias vinculadas a agricultura familiar. Estas e outras diferenciações são oportunas para uma avaliação de resultados em perspectivas distintas, tal como do tratamento da desigualdade.

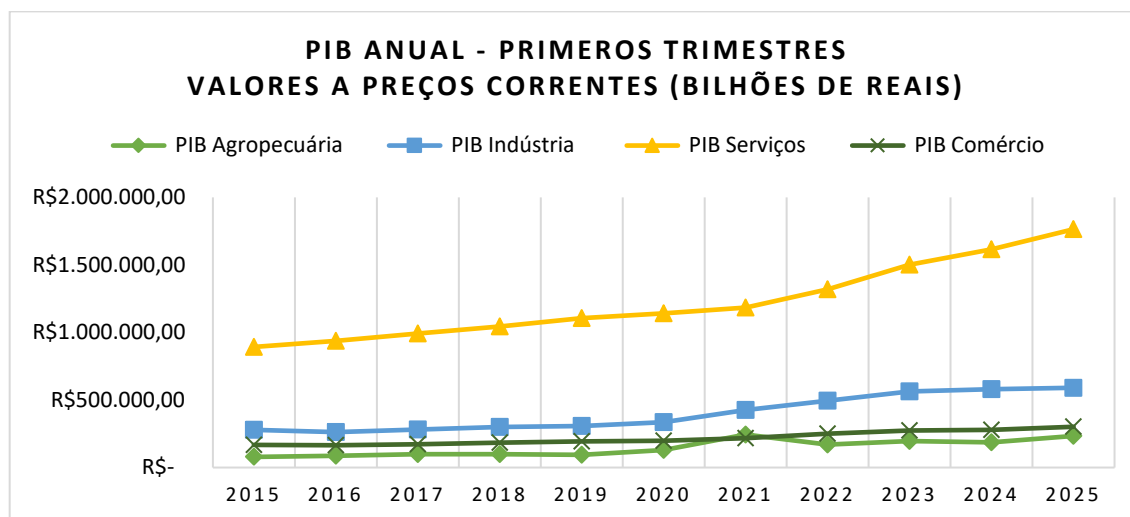
No entanto, em linhas gerais, considerando ambos os cenários estaduais, organizamos esta contribuição divididas quatro partes, excluindo esta introdução e nossas considerações finais. A primeira delas, contempla os aspectos ligados a produção agrícola, Produto Interno Bruto – PIB e benefícios oriundos de renúncias fiscais em perspectiva comparada. Na segunda seção, tratamos de alguns aspectos produtivos de cada estado no sentido e caracterizá-los na tentativa de estabelecer seu perfil e suas características mais delineadas. Já na terceira parte, tratamos do orçamento e analisamos das políticas públicas de transferência de renda e demais

ações voltadas a melhorar o desenvolvimento, qualidade vida. Em seguida, apresentamos nossos apontamentos finais, um breve desfecho sobre os efeitos da produção agrícola nas políticas sociais.

2 Produção agrícola, PIB e benefícios do setor agropecuário: um panorama

A produção agrícola brasileira e suas estimativas futuras envolvendo vários produtos agropecuários mostram constantes crescimentos, influenciando diretamente o Produto Interno Bruto – PIB e contribuindo para a geração de riqueza e desenvolvimento do país. Em linhas gerais o PIB dos principais setores da economia, segundo alguns dados calculados pelo IBGE mostram os seguintes números:

Gráfico 1 - PIB anual relativo aos primeiros trimestres 2015-2025



Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais. Organizado pelos autores.

O gráfico acima, enfatiza como mais acentuado, o PIB de serviços, seguido pelo PIB da indústria, Comércio e, por fim, destaca o PIB da agropecuária. Este último, mostra um dado importante da produção brasileira, embora, aponte ligeiramente um contraste contraintuitivo quando se reflete as fortes tendências e estimativas de crescimento da produção brasileira. Ou mesmo, quando se analisa outros indicadores ou levantamentos com outras metodologias, como veremos mais a frente. Todavia, antes de avançarmos, observaremos na tabela abaixo, dados totais e mais detalhados do PIB conforme os setores elencados deste primeiro gráfico.

Tabela 1 - PIB por setores totais 2015-2025³

Ano	PIB Agropecuária	PIB Indústria	PIB Serviços	PIB Comércio	PIB a preços de mercado
2015	78.592,00	278.514,00	892.866,00	167.651,00	1.456.659,00
2016	87.710,00	262.129,00	937.657,00	164.928,00	1.500.299,00
2017	97.889,00	281.511,00	991.802,00	172.917,00	1.585.673,00
2018	97.742,00	300.093,00	1.044.747,00	182.839,00	1.682.083,00
2019	94.821,00	306.190,00	1.105.719,00	193.729,00	1.757.554,00
2020	128.729,00	336.572,00	1.141.341,00	197.598,00	1.868.095,00
2021	244.068,00	426.822,00	1.184.303,00	217.565,00	2.156.670,00
2022	170.408,00	494.170,00	1.318.603,00	250.947,00	2.319.528,00
2023	196.486,00	562.977,00	1.501.240,00	274.397,00	2.581.018,00
2024	186.598,00	580.398,00	1.615.259,00	277.961,00	2.753.200,00
2025	233.855,00	590.347,00	1.764.269,00	301.760,00	3.019.579,00
Total	1.616.898,00	4.419.723,00	13.497.806,00	2.402.292,00	22.680.358,00

Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais. Organizado pelos autores.

Os dados desta tabela são mais específicos e abrange o período de 10 anos dos PIBs. Mas, damos destaque aqui ao PIB agropecuário - que envolve as áreas de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura -, que foi pouco maior do de 1,5 bilhões. Um valor que destoa de diversos anúncios sobre a produção agrícola divulgados nacionalmente no que tange à geração da riqueza⁴. Ou seja, dentro desta metodologia, apresenta um valor ainda menor que o PIB do comércio e indústria como observado.

Tais resultados e o peso da produção agrícola na composição PIB, se relaciona diretamente a metodologia adotada. Isto porque, existe atualmente duas formulas de cálculos específicos em torno da produção agropecuária e/ou agronegócio. Ou seja, as derivadas dos dados auferidos pelo IBGE como mostrado no Gráfico e Tabela 1 e, os concebidos pelo Cepea/CNA, estruturados a partir do Valor Bruto da Produção (VBP).

Neste cenário, de acordo com Barros et. al. (2014): enquanto no o Cepea, o PIB do agronegócio é medido pela renda gerada em todas as atividades que se relacionam com a agropecuária, sendo organizados a partir de 4 aspectos: a) insumos para a agropecuária, b)

³ Valores estimados para 2025.

⁴ Em todo caso, não se obteve junto ao IBGE o PIB destes setores para ambos os estados de análise neste artigo.

produção agropecuária, c) agroindústria e d) distribuição (comércio, transporte, demais serviços). Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, as análises do PIB, se concentrariam apenas em um segmento, ou seja, na agropecuária.

Considerando este último, como uma das principais referências para as estatísticas nacionais, Mitidiero Junior e Goldfarb (2021), apontam que para o IBGE o cálculo do PIB que abrange a agropecuária registrou entre 2002-2018 a menor fração do PIB brasileiro, representando cerca de 5,4% do PIB, enquanto o setor industrial registrou 25,5% e o setor de serviços 52,4%. Neste sentido, segundo os autores, o cálculo relativo ao Valor Bruto da Produção - VBP adotado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), seria um contraponto e com uma aferição do PIB do agro que seria destoante da realidade. Tal operação, segundo os autores, seria similar a multiplicação dos pães e peixes e outros setores porteira afora foram aglutinados neste cálculo, fazendo do mesmo, muito maior, pois:

Nessa metodologia, calcula-se a soma dos valores da produção agropecuária básica/primária, dos insumos para atividade, da agroindústria (processamento) e do que eles chamaram de agrosserviços. Calcula e soma-se, não apenas o que é produzido porteira adentro, mas tudo que envolve a produção agropecuária, denominando isto de “conceito sistêmico de cadeia, com ligações a partir das atividades da agropecuária”. (Mitidiero Junior e Goldfarb, 2021, p.12)

Em tal linha de abordagem, segundo os autores, a agropecuária seria apenas um ramo do agronegócio produzindo um efeito determinante de atração de outros setores da economia com o seu. Ou posto de outro modo, seria para eles, como se o setor industrial automotivo calculasse seu PIB somando o látex coletado nas florestas ou ainda como se cada setor da economia começasse a requerer fatores de atração e arrastasse outros setores para sua atividade, buscando-se, a “paternidade da riqueza criada” no Brasil. Ademais, as diferenças conforme mencionam, estariam no fato de que:

No IBGE: “mede-se apenas os bens e serviços finais para evitar dupla contagem. Se um país produz R\$ 100 de trigo, R\$ 200 de farinha de trigo e R\$ 300 de pão, por exemplo, seu PIB será de R\$ 300, pois os valores da farinha e do trigo já estão embutidos no valor do pão”. Já pelo cálculo do PIB do Agro, com sua metodologia de composição “sistêmica”, a impressão é a de que se permite dupla cadeia de valor, inflando sua participação. Com base no exemplo citado acima, o resultado poderia ser de R\$ 600, ou seja, duplicaria a participação no PIB. (Mitidiero Junior e Goldfarb, 2021, p.14)

Esta concepção, se distancia das posições mais laudatórias e midiáticas ao agronegócio, sendo deste modo, menos enfática aos cenários positivos projetados pelo setor agropecuário. Contudo, em sentido oposto as estimativas e metodologia do IBGE, seria possível adotar outro cálculo e consequentemente outra narrativa, tal como enfatizou Castro (2025), que acompanhando os dados Cepea/CNA, enfatizou que PIB do agronegócio chegou em 2024 a R\$ 2,76 trilhões e foi responsável pela geração 28,2 milhões de empregos. Além disso, conforme reportou, de cada R\$ 1,00 de PIB agregado pela agropecuária, R\$ 2,8 adicionados as atividades industriais e de serviços vinculadas à agropecuária e, para cada emprego gerado no campo, outro 1,2 emprego é gerado fora da agropecuária. O que se estende igualmente para o número de empregos diretos, que também não se restringiria apenas ao campo.

Tal panorama é possível a partir de cálculos e uso de uma metodologia diferente, ou seja, a do Cepea (2017), que construiu uma metodologia do PIB para o agronegócio brasileiro a partir de três óticas do PIB, ou seja: a) despesa, que envolve o valor da produção de bens e serviços finais, ou seja, que vão até o consumidor final, estoques ou exportações; b) renda, que envolve as remunerações recebidas de produção – remuneração ao trabalho, capital físico, terra e lucro; e c) produto, onde o PIB equivale ao valor adicionado por segmentos de cada setor da economia. Neste caso, o valor adicionado seria derivado da diferença entre o valor bruto da produção (VBP) e o consumo intermediário (CI). Sob este contexto, a economia seria considerada um conjunto de cadeias produtivas e segmentos, onde um segmento produz insumos para o outro. Desta forma, o PIB do agronegócio ou da produção agropecuária brasileira segundo o Cepea, seria, portanto:

à renda gerada de forma sistêmica na produção de insumos para a agropecuária, acrescida da renda gerada na produção primária e se estendendo por todas as demais atividades que processam e distribuem o produto ao destino final (consumo doméstico, exportação ou estoques). A renda, por sua vez, se destina à remuneração dos fatores de produção: (a) trabalho (inclusive do empresário/proprietário/administrador), (b) capital (juros e depreciação) e (c) terra e recursos naturais. Em capital estão incluídos veículos e maquinarias, benfeitorias, rebanho, pomares e povoamentos florestais (CEPEA, 2017, p.5).

Além disso, o PIB do agronegócio que envolveria segundo o próprio Centro, os quatro segmentos, no que tange aos insumos, agropecuária agroindústria e agrosserviços seria ainda dividido em dois grandes ramos, ou seja, o agrícola em torno da agricultura e o pecuário, relativo à pecuária. Ambos, envolvendo um conjunto de cadeias produtivas como lavouras e

demais atividades vegetais e florestais, bem com, no que tange a cadeias contemplando produtos de origem animal. Em todo caso, temos aqui duas metodologias de análise diferenciadas e, conseqüentemente, com resultados de PIB diferentes.

Avançando, no entanto, no debate e passando agora a examinar alguns benefícios do setor agropecuário observamos inicialmente dados relativos aos Planos Agrícola Pecuários ou também conhecidos como Planos Safras que auxiliam grandes e pequenos produtores, como mostramos abaixo:

Tabela 2 - Evolução do Plano Agrícola Pecuário/Safra em 10 anos (milhões)

Ano base	Plano Agrícola Pecuário – Básico	Valor destinado à Agricultura Familiar	Total Geral do Plano Agrícola Pecuário – Plano Safra - Anual	Variação - Anual
2015	163,6	24,1	187,7	***
2016	155,1	30	185,1	-1,05
2017	160,2	30	190,2	+2,76
2018	163,4	31	194,4	+2,21
2019	193,3	32,2	225,5	+ 16,0
2020	203,3	33	236,3	+4,39
2021	211,88	39,34	251,22	+6,31
2022	287,19	53,61	340,8	+35,66
2023	292,62	71,6	364,22	+6,87
2024	324,59	76	400,59	+9,99
2025	427,2	89	516,2	+28,86

Fonte: Governo Federal. Organizado pelos autores

Nesta tabela, observa-se primeiramente o crescimento dos investimentos federais no setor, com um pico acentuado no ano de 2022, dado ao incremento acima de 35% e, em 2025, acima de 28%. Estes dados em linhas gerais também equivalem aproximadamente ao dobro do PIB anual do setor, elevando se em conta a metodologia e os resultados do IBGE. A projeção, no entanto, da agricultura familiar é uma fração dos valores totais dos investimentos federais, o que carece de novos estudos em termos de impactos reais na produção alimentar básica nacional brasileira.

Todavia, além deste apoio em investimentos a produção o setor agropecuário ainda conta com um conjunto de renúncias fiscais e tributárias que beneficiam em especial os grandes produtores. Segundo Pires e Teixeira Junior (2025), projeta-se para o ano de 2026 em nível nacional um montante total de R\$ 333,72 bilhões em renúncias fiscais e gastos tributários estaduais nacionais. Todavia, considerando apenas os dados dos estados analisados neste estudo, temos o seguinte cenário:

Tabela 3 - Dados de renúncia fiscal – Gastos tributários

Estado	Montante 2025 (em bilhões)	Montante 2026 (em bilhões)	Variação anual	Porcentagem da receita ou orçamento
Mato Grosso do Sul	8.405,63	11.950,23	42,20%	50,1%
Ceará	5.165,10	6.261,87	21,20	14,4%

Fonte: Pires e Teixeira Júnior (2025), organizado pelos autores.

Os dados da tabela acima complementam as informações anteriores e aponta para um cenário amplo de incentivos, que no caso do estado de Mato Grosso do Sul, significa um aporte de cerca de 11 bilhões ou praticamente metade da receita orçamentaria do estado. Neste quesito, como visto, o estado do Ceará é mais modesto, com apenas 14,4% destinado as renuncias e benefícios desta natureza. Mas, vejamos como o setor agropecuário é beneficiado neste cenário a partir da tabela abaixo:

Tabela 4 - Renúncia fiscal e isenções (em bilhões)

Setor	MS/2023	MS/2024	MS/2025
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	2,897	3,048	3,201
Total geral	5,588	5,878	8,405
Setor	CE/2023	CE/2024	CE/2025
Industria e Comercio	2,319	4,873	5,165
Total geral	2,319	4,873	5,165



Fonte: LOAS 2023-2025 de ambos os estados. Organizados pelos autores

Observa-se nesta que os valores destinados especificamente ao setor produtivo do agronegócio no estado de Mato Grosso do Sul e os valores totais de isenção do estado entre os anos 2023-2025 foram superiores a 3 bilhões, o que dado ao perfil agropecuário do estado nos parece pertinente. Todavia, ao examinar o Lei Orçamentaria Anual – LOA do estado do Ceará, não há clareza quanto aos setores específicos beneficiados, mas sim que o estado se volta predominantemente a indústria e comércio, uma das principais fontes de receitas. Ou seja, neste caso, cada estado beneficia em maior ou menor grau especificamente determinados setores produtivos. Embora, no caso do Ceará o setor agropecuário possa ser beneficiado de forma indireta.

3 Produção alimentar nos estados de Mato Grosso do Sul e Ceará

Nesta seção apresentamos algumas características produtivas de cada um dos estados analisados neste estudo. Mas antes deste panorama mais amplo é necessário caracterizar ambos os estados de que não são somente de regiões geográficas diferentes, mas também, com várias outras particularidades, como passamos a observar abaixo.

Quadro 1 - Dimensões gerais dos estados

Estado de Mato Grosso do Sul	Estado do Ceará
	
Tamanho território: 357.142,010 km ²	Tamanho território: 148.894,444 km ²
Quantidade Municípios: 79	Quantidade de Municípios: 189
População: 2.757.013 pessoas	População: 8.794.957 pessoas
Urbana: 88%	Urbana: 77%
Rural: 12%	Rural: 23%

Densidade: 7,72 hab/km ²	Densidade da população: 59,07 hab/km ²
PIB (2021): R\$ 142.204 mi	PIB (2021): R\$ 194.885 mi
IDH: 0.742	IDH: 0,734
Rendimento domiciliar: R\$ 2.169,00	Rendimento domiciliar: R\$ 1.225,00

Fonte: IBGE (2025).

Como é possível observar no quadro acima, temos dois estados com tamanhos de território, população, densidade e rendimento desproporcionais, além do número de municípios. Porém, se entendemos que alguns fatores se justificam pela diferença natural, podemos ver que o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de ambos, com um elemento à parte, pois a diferença neste contexto foi de apenas de 0,8 pontos percentuais. Além disso, o nível de rendimento, perfil urbano e rural e o tamanho da população pesam nesta seara.

Em todo caso o âmbito produtivo nos interessa mais neste momento, e para tanto, é necessário apontar inicialmente alguns dados nacionais. Desta forma, se verifica que somente no primeiro trimestre do ano a agropecuária registrou segundo o IBGE um PIB no valor de R\$ 233.85 milhões. O que indica haver um crescimento ainda maior até o final do ano corrente. Esta tendência, também positiva quando se olha para o campo da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, que mostram os seguintes valores:

Tabela 5 - Produção por região em 2024-2025

Grande Região	Produção 2024 (t)	Produção 2025 (t)	Variação (%)
Brasil	292.705.861	325.339.448	11,1
Centro-Oeste	144.566.392	159.122.868	10,1
Sul	78.342.460	90.437.345	15,4
Sudeste	25.816.536	28.611.012	10,8
Nordeste	25.792.907	28.326.280	9,8
Norte	18.187.566	18.841.943	3,6

Fonte: Indicadores IBGE (2025, p.4).

Conforme constata-se nesta tabela, apenas região Sudeste apresentou estabilidade na produção de cereais, enquanto a região Sul apresentou declínio -1,6%. Porém, no geral, temos um crescimento destacado em nível de Brasil para a maioria das regiões. E, sob este contexto, torna-se evidente no cenário produtivo, tanto de variações no que tange a produção, como no

que diz respeito ao acesso a alimentação e a fome. Sob esta baliza é possível observar segundo o IBGE (2023), um valor de produção significativo dos estados. O que no âmbito do VBP do estado de Mato Grosso Sul atingiu em 2025 cerca de 77,9 milhões, com produção de larga escala ancorada predominantemente na exportação, sendo da sua área total 64% lavouras e 36% pecuária. Já o estado do Ceará, dado as suas características, apresentou notadamente uma produção menor se comparado ao estado de Mato Grosso do Sul, registrando um VBP de 7,3 milhões, porém, com sua área de produção mais diversificada, sendo 45% lavoura e 55% sendo pecuária. Considerando este panorama, observa-se abaixo os 6 principais produtos alimentares de cada estado, com os seguintes resultados em milhões.

Tabela 6 - Principais produtos alimentares do VBP do MS em milhões

Posição	Mato Grosso do Sul	VBP (2025)	Ceará	VBP
1º	Soja	26.094	Ovos	1.660
2º	Bovinos	20.504	Leite	1.007
3º	Milho	12.454	Tomate	763
4º	Cana de açúcar	9.213	Milho	692
5º	Frangos	3.509	Bovinos	622
6º	Suínos	2.765	Banana	616

Fonte: Ministério da Agricultura (2025), organizado pelos autores

Os dados da tabela 5, acima, enfatiza alguns dos principais produtos do estado de Mato Grosso do Sul no âmbito de alimentos. Sendo os grãos um de seus principais produtos, o que faz suas receitas serem proeminentes no contexto nacional. No entanto, o estado do Ceará, ao contrário, não tem como eixo produtivo principal a produção de grãos, mas de outros alimentos que podem ser associados também a pequena agricultura, visto a quantidade de pequenos municípios e o perfil de sua população.

Avançando neste panorama podemos destacar que o estado de Mato Grosso do Sul, pode ser compreendido a partir da “rápida” transformação produtiva da Região Centro-Oeste. A este respeito e, de acordo com Cunha (2002), esta região nos anos 1960-80 foi marcada pela chegada de empresas agroindustriais, de capital nacional e internacional e com ampla base de investimentos estatais envolvendo apoios estratégicos no campo da infraestrutura e de

incentivos fiscais, entre outras formas específicas. Porém, nos anos 1970, no entanto, enfatiza aspectos fundamentais para compreender a estrutura produtiva e da urbanização de toda região Centro-Oeste. Período que segundo o autor, destaca os efeitos da modernização agrícola e da chamada “revolução verde”. Ou seja, uma importante área de fronteira agrícola, que passa a ser amplamente afetada pela chamada “marcha modernizadora do Oeste”. Entendia-se naquele momento, que o termo “fronteira agrícola seria redefinido como suporte ao mercado interno e possivelmente – a algumas áreas estratégicas, beneficiadas com investimentos de infraestrutura – a acumulação de capitais e a diversificação produtiva (CUNHA, 2002, p.14).

Para Castro e Fonseca (1994), a expansão da fronteira agrícola, em especial na Região Centro Oeste, ajudou a consolidar pelo menos até os anos 1990 um complexo agroindustrial produtor de grãos e carnes, entre outras atividades industriais, o que ajudou a caracterizar diversas mudanças no padrão da fronteira agrícola. No estado de Mato Grosso do Sul, em especial, na região Leste do estado, vem havendo uma substituição gradativa da pecuária extensiva pelo cultivo do eucalipto com o arrendamento ou compra de terra dos fazendeiros locais (Raoul e Almeida, 2022).

Cenário que fica mais claro ao observar mais detalhadamente os valores específicos - em dólares de sua produção entre 2023-2024, conforme os dados da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul – FAMASUL (2025), como apresentado abaixo:

Tabela 7 - Receitas do estado de Mato Grosso do Sul 2023-2024

Produtos	2023		2024*		Var.% 23/24*		Part. na receita
	Receita (US\$)	Peso (KG)	Receita (US\$)	Peso (KG)	Receita	Peso	
Soja em grãos	3.963.218.166	7.695.950.543	2.850.892.199	6.579.940.965	-28,1%	-14,5%	29,9%
Celulose	1.481.613.606	3.958.453.782	2.627.460.779	4.583.278.329	77,3%	15,8%	27,6%
Carne bovina	915.637.449	192.775.491	1.242.879.642	260.494.302	35,7%	35,1%	13,0%
Açúcar em bruto	909.726.792	1.770.126.920	872.247.803	1.847.828.861	-4,1%	4,4%	9,2%
Farelo de soja	715.161.775	1.420.193.932	718.241.048	1.727.484.439	0,4%	21,6%	7,5%
Carne de frango	366.786.513	161.750.332	373.257.332	181.992.639	1,8%	12,5%	3,9%
Milho	969.101.067	3.982.086.966	215.226.147	993.316.973	-77,8%	-75,1%	2,3%
Couros	56.426.862	46.229.358	83.714.143	74.028.421	48,4%	60,1%	0,9%
Óleo de soja em bruto	206.620.451	192.946.722	60.451.135	64.700.496	-70,7%	-66,5%	0,6%
Algodão	30.985.334	16.656.905	57.147.729	30.599.159	84,4%	83,7%	0,6%
Carne suína	39.587.656	18.305.639	43.264.772	20.282.212	9,3%	10,8%	0,5%
Farinhas /Farelos de milho	23.604.504	74.622.554	4.259.756	18.903.446	-82,0%	-74,7%	0,0%
Álcool etílico	39.351.110	49.285.302	-	-	-	-	-
Total Agronegócio	10.043.660.139	19.820.396.557	9.526.709.730	16.974.586.215	-5,1%	-14,4%	

Fonte: Famasul (2024).

Nesta tabela, temos a posição de destaque dos grãos, seguido pela carne bovina e as aves. Vale considerar aqui a projeção mais recente da celulose, do couro e do álcool etílico que não são produtos alimentares, mas que tem boa projeção nas receitas do estado e apresentem crescimento nas receitas nos últimos anos.

Já no estado do Ceará o cenário produtivo é diferenciado e, segundo aponta Elias (2020), alguns aspectos ganham melhor projeção como da agroindústria alimentar, se tornou uma atividade central para a compreensão da produção e da difusão do agronegócio globalizado em todo estado. Outra característica apontada pela autora diz respeito a materialização das condições gerais de reprodução do capital deste agronegócio que é baseado sobretudo na Região Metropolitana de Fortaleza. E, finalmente em sua observação final, aponta que as grandes empresas da agroindústria alimentar realizam o uso corporativo do território cearense como agentes dos processos de reestruturação produtiva agropecuária e de algumas cidades, como da Região Metropolitana de Fortaleza.

Desse modo, o panorama produtivo teria como um componente dinâmico a agroindústria alimentar, que seria uma atividade central para a compreensão da difusão do agronegócio são vistos como agentes responsáveis por importantes processos econômicos e espaciais no estado. Mas, segundo informações do Cepea (2025), a agricultura no Ceará chegou neste ano de 2025 a 3,82 bilhões de reais no âmbito do agronegócio nacional considerando a safra 2023/24 a partir de 10 principais commodities agrícolas. Neste contexto, um dos destaques do agronegócio cearense foi a fruticultura, que respondeu por R\$ 2,16 bilhões de reais

Entretanto, entre os anos 2019- 2020 o arranjo produtivo da economia agrícola do Ceará expandiu 13,67%. Crescimento decorrente, segundo Soares e Maia (2022), de lavouras, puxadas pelas culturas de sequeiro de milho e feijão, pecuária, leite e de aves e a silvicultura, pesca e aquicultura com o aumento da criação de tilápia e de camarão.

O breve apanhado sobre a produção de ambos os estados, abre o leque para reflexão sobre se o aumento da produção alimentar é uma variável significativa para a redução da desigualdade e fome? Esta questão nos parece importante, mas sua correlação não é de fácil mensuração em virtude de diversos fatores e evidências não claramente objetivas. O que exige uma análise mais aprofundada e criteriosa de um amplo quadro de variáveis e da aplicação de uma correlação espúria, como faremos mais a frente nesta abordagem. Mesmo assim, quando se reflete de modo mais aprofundado o tema em questão, observa-se uma evidente contradição, no fato, que embora o Brasil ainda seja um dos principais países produtores de alimentos do mundo, também

é atualmente considerado um dos mais desiguais, com registros consideráveis de fome e pobreza.

4 Arrecadação, produção agrícola e políticas públicas de transferência de renda em perspectiva comparada

A desigualdade e a fome são pautas ainda presentes em todo mundo e que ainda carecem de urgente solução. Mas, como pensar essas dimensões em um contexto onde há tributos, um sistema arrecadatório e uma gestão de governo com o papel de gerar a coisa pública e fazer chegar o estado, especialmente as famílias carentes. Sobretudo, buscar elementos que colaborem com relação produção x desenvolvimento sociais. Esta reflexão é importante, mas antes de avançar é necessário observar dados orçamentários dos estados e receitas da produção agrícola. Neste sentido, apresentamos primeiramente os dados da tabela abaixo:

Tabela 8 - Orçamento geral e valores destinados a assistência social 2023-2025

Estado	Ano	Orçamento Total em (Bilhões)	Orçamento Área Social em (milhões)	Porcentagem
Ceará	2023	36.443.911.251,00	602.239.608,00	1,65%
Ceará	2024	36.360.185.661,00	740.560.939,00	2,04%
Ceará	2025	41.219.866.854,00	806.954.446,00	1,96%
Mato Grosso do Sul	2023	22.030.788.200,00	238.034.200,00	1,08
Mato Grosso do Sul	2024	25.488.531.930,00	610.396.100,00	2,40
Mato Grosso do Sul	2025	26.402.000.000,00	656.328.700,00	2,49

Fonte: LOAs, Governos de Mato Grosso do Sul e Ceará.

Nesta tabela 8, temos os valores orçamentários anuais totais e os valores destinados as políticas sociais de ambos os estados analisados nesta abordagem. É possível constatar que a fração do orçamento relativa à assistência social é relativamente baixa se considerarmos o montante total. No entanto, os valores totais são derivados de diversas fontes, tal como de repasses federais, como do Fundo de Participação dos Estados – FPE, como mostramos na tabela abaixo, entre os anos 2021-2025:

Tabela 9 - Receitas recebidas do Governo Federal via FPE por estado (em bilhões)

Região	UF	Ano	Transferência	Valor Consolidado
Centro-Oeste	MS	2021	FPE	R\$ 1.371.525.340,16
Centro-Oeste	MS	2022	FPE	R\$ 1.703.494.309,01
Centro-Oeste	MS	2023	FPE	R\$ 1.754.823.554,95
Centro-Oeste	MS	2024	FPE	R\$ 1.938.326.182,49
Centro-Oeste	MS	2025	FPE	R\$ 1.977.877.517,07
Nordeste	CE	2021	FPE	R\$ 7.162.855.565,13
Nordeste	CE	2022	FPE	R\$ 8.678.558.321,98
Nordeste	CE	2023	FPE	R\$ 9.127.036.166,70
Nordeste	CE	2024	FPE	R\$ 10.621.290.183,54
Nordeste	CE	2025	FPE	R\$ 10.133.566.150,11

Fonte: Tesouro Nacional (2025), organizado pelos autores.

Observa nesta tabela, um montante significativo em torno do FPE, derivado de um conjunto de impostos federais, que retornam ao caixa dos estados. Os valores como visto são crescentes e possibilitam ter uma melhor noção dos orçamentos anuais. Além disso, nos três anos deste levantamento o Ceará mostra uma projeção de retorno bastante significativa em termos desse repasse e superior ao estado de Mato Grosso do Sul dado a diversos fatores. Entretanto, por outra vertente, do ponto de vista da arrecadação de impostos e, considerando apenas o Imposto Territorial Rural – ITR, neste caso, derivado especificamente do setor agrícola, temos o seguinte cenário:

Tabela 10 - Arrecadação anual total do ITR

ANO	ITR	Variação	Valores ITR: Ceará	Valores ITR: Mato Grosso do Sul
2016	1.239.410.167,66	***	3.852.098,99	195.417.731,89
2017	1.369.927.468,19	+10,49	3.690.338,88	211.825.160,50
2018	1.502.522.622,71	+9,72	3.816.794,66	238.449.134,90
2019	1.773.301.300,08	+18,04	4.257.307,16	277.452.686,23
2020	1.911.126.935,92	+7,78	3.743.560,25	297.484.227,47

2021	2.353.760.799,02	+23,13	5.768.279,24	343.136.233,77
2022	2.757.718.189,25	+17,17	6.291.207,59	401.103.467,45
2023	3.234.853.573,38	+17,30	6.536.576,07	457.214.819,50
2024	3.523.159.239,62	+8,94	5.562.935,44	482.652.642,50
Total	19.665.780.295,83	***	43.519.098,28	2.904.736.104,21

Fonte: Ministério da Fazenda - Portal Dados Abertos. Organizado pelos autores

Na tabela acima temos os valores relativos ao imposto territorial de fins arrecadatórios, que aponta os valores totais de mais uma fatia das receitas dos estados, além da FPE. Contudo, aqui há uma inversão de arrecadação com o estado de Mato Grosso do Sul, apresentando números volumosos e bem destacados em relação ao Ceará, novamente em virtude do contexto diferenciado do estado. Além disso, fazendo um contraponto com o PIB do agronegócio, projetado pelo IBGE, como apontado anteriormente, temos aqui um valor muito superior a todo PIB da agropecuária relativo a 10 anos, como na tabela 1. Notadamente em virtude das diferenças entre os estados temos diferenças arrecadatórias mais pronunciadas conforme os aspectos territoriais de cada estado, tais como o fato do estado de Mato Grosso do Sul, apresentar maior concentração fundiária e praticamente ser o dobro do tamanho do estado do Ceará em território.

Considerando, este breve panorama orçamentário-arrecadatório buscamos analisar se os efeitos produtivos agropecuários no âmbito do combate à fome, pobreza e, de forma concomitante, redução de políticas públicas de assistência social, sobretudo, de transferência de renda. Nesse sentido, passamos observar a partir da Senarc (2025), o contexto de vulnerabilidade, vale considerar um universo de mais de dois milhões de famílias cadastradas no Cadastro Único no Ceará, 55% delas, famílias em extrema pobreza e 19% de baixa renda. No estado de Mato Grosso do Sul, segundo o órgão, existe um pouco a mais de 600 mil famílias no cadastro, sendo que 31% na linha de extrema pobreza e, 23% de baixa renda. Neste contexto, vemos que embora sejam dois estados com tamanhos, população e realidades diferentes e, embora, o Mato Grosso do Sul tenha cenário mais positivo em termos de produção, no que tange ao número de famílias em situação de pobreza a diferença favorável ao MS é baixa, ou seja de apenas 4%.

Não obstante, em termos de segurança alimentar, segundo dados do IBGE (2025), as famílias representam uma porcentagem de 78,2% no estado de Mato Grosso do Sul e 64,9% no

estado do Ceará. Tais dados que não são distantes quando se observa a porcentagem de famílias com insegurança alimentar leve e moderada. Mas, que mostra que cerca de 6,2% de famílias se encontram em um contexto de insegurança alimentar grave no Ceará e 2,6% no estado de Mato Grosso do Sul.

Observa-se neste contexto, a importância da política pública de transferência de renda. No entanto, para um panorama mais abrangente, passamos a analisar o número das famílias contempladas por este tipo de política, a começar pelo número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família em nível nacional entre os anos de 2014-2025⁵, como mostramos abaixo:

Tabela 11 - Famílias beneficiárias do Bolsa Família 2014-2025

Mês/Ano/Referência	Total de famílias	Variação
10/2014	48.638.671	***
10/2015	47.768.113	-1,79
10/2016	47.008.141	-1,59
10/2017	43.844.568	- 6,73
10/2018	43.627.285	- 0,49
10/2019	41.712.080	- 4,39
10/2020	43.591.999	+ 4,50
10/2021	44.161.076	+ 1,71
Famílias 2023-2025		
Mês/Ano/Referência	Total de famílias	Variação
06/2023	54.606.332	+ 23,65
06/2024	55.078.333	+ 0,86
06/2025	53.704.65	- 2,49

Fonte: SENARC 2025. Organizado pelos autores.

Na tabela acima observa o total de famílias beneficiadas entre 2014 e 2025 com um intervalo no ano de 2022, relativo ao Programa Auxílio Brasil, que apontamos mais à frente. O número de famílias como observado, mostra uma variação negativa com redução no número de

⁵ Vale considerar, que neste período os dados de 2022 não foram disponibilizados pelo Governo Federal.

beneficiários entre 2014-2019, mas com variação positiva entre 2020 até 2024, com um incremento considerável no ano de 2023. O que mostra os efeitos da pandemia em nível nacional.

Mas, vejamos este cenário nos estados contemplados entre os estados analisados.

Tabela 12 - Famílias Beneficiárias do Bolsa Família 2014-2025 por estado

Mês/Ano Referência	Total de famílias: Ceará	Var.	Total de famílias: Mato Grosso do Sul	Var.
10/2014	3.815.714	**	521.074	**
10/2015	3.690.571	-3,28	508.359	-2,44
10/2016	3.552.038	-3,74	485.061	-4,47
10/2017	3.289.610	-7,40	425.828	-12,31
10/2018	3.290.559	+0,03	420.025	-1,36
10/2019	3.169.024	-3,68	388.031	-7,62
10/2020	3.291.310	+3,85	420.095	+8,26
10/2021	3.313.758	+0,67	425.462	+1,28
Famílias Beneficiárias 2023-2025				
Mês/Ano Referência	Total de famílias: Ceará	Var.	Total de famílias: Mato Grosso do Sul	
06/2023	3.802.045	+14,76	583.972	+37,26
06/2024	3.791.860	-0,29	602.542	+3,18
06/2025	3.707.346	-2,22	575.948	- 4,41

Fonte: SENARC 2025. Organizado pelos autores.

Nesta tabela, observa-se que o estado do Ceará mostra uma quebra na variação negativa em 2018 e retorno da variação negativa a partir de 2024. Porém, tanto o estado do Ceará como o Mato Grosso do Sul apresentam um incremento nos números em 2024, acompanhando o cenário nacional. O estado de Mato Grosso do Sul, acompanha o cenário nacional com variação negativa entre 2014-2019 e positiva entre 2020-2024. Agora, na sequência, apresentamos os dados relativos ao Programa Auxílio Brasil, considerando dados nacionais e dos estados analisados como abaixo ilustrado:

Tabela 13 - Famílias beneficiadas pelo Programa Auxílio Brasil 2022/2023

Estado	Ano	Número de Famílias	Valores Totais Repassado	Valor Médio
Brasil	2022	21.601.182	R\$ 93.733.222.954,00	R\$ 4.371,88
Brasil	2023	21.867.482	R\$ 26.479.871.511,00	R\$ 1.227,16
MS	2022	212.678	R\$ 925.054.056,00	R\$ 4.352,27
MS	2023	215.940	R\$ 264.156.618,00	R\$ 1.227,62
CE	2022	1.506.758	R\$ 6.688.146.256,00	R\$ 4.445,37
CE	2023	1.520.013	R\$ 1.849.041.236,00	R\$ 1.219,22

Fonte: SENARC 2025. Organizado pelos autores.

Nesta tabela, observamos os números de famílias contempladas pelo Auxílio Brasil em nível nacional e em ambos os estados analisados, bem como volume de recursos e valores médios recebidos em 2022 e 2023. Observa-se aqui que valores médios de ambos estados acompanharam os níveis nacionais. Contudo, dado as características regionais o volume de recursos repassados entre os estados foi discrepante, acompanhando o número de famílias atendidas.

5 Considerações Finais

Embora a produção agropecuária seja ampla e coloque todo país em uma posição de destaque internacional, o país ainda apresenta estatísticas sociais negativas relevantes em múltiplos cenários. Todavia, ao observar as características de dois estados completamente diferentes em torno de produção agrícola, temos alguns elementos para uma melhor reflexão no sentido de tatear algumas possibilidades de respostas no sentido de existência de uma correlação entre o aumento da produção agroalimentar e das receitas oriundas do agronegócio e o desenvolvimento do estado. Sobretudo, no que tange a redução da fome e pobreza.

Observando as receitas do PIB projetadas pelo IBGE, seria possível afirmar considerando os valores o recolhimento de impostos, como do ITR e os investimentos federais, bem como a renúncia fiscal dos estados que o setor pouco contribuiria com efeitos, mesmo que indiretos, de combate a fome e pobreza. Todavia, em cenário oposto com a metodologia do Cepea, este cenário seria totalmente inverso.

Em todo caso guardadas as diferenças de tamanho da população, observa-se considerando as variáveis espúrias que proporcionalmente o fato do estado de Mato Grosso do Sul ser um estado de alta produção agrícola, o IDH e os números de voltados as estatísticas sociais não destoam de modo expressivo, o que indica que parte de recursos não são aplicados de modo equivalentes nas áreas sociais. Não obstante, projeta-se como elemento central o papel do estado na condução de políticas públicas mais efetivas e equilibradas. E neste contexto, é possível se vislumbrar que os valores decorrentes das renúncias fiscais, concedidas especialmente pelo estado de Mato Grosso do Sul são totalmente destoantes de estados maiores e com potencial econômico significativo em âmbito nacional. Tal como o estado de São Paulo que pratica entre 19 e 22% de sua receita em renúncia fiscal e não 50% como aplica o Mato Grosso do Sul.

Proporcionalmente as receitas e capacidade de agenda de governo, seria eventualmente mais propício ao governo do estado de Mato Grosso do Sul uma melhora das estatísticas sociais. Contudo, ambos os estados têm condições de canalizar melhor seus recursos ao desenvolvimento social se atentando a balança de receitas, concessões de benefícios e aos impactos do setor produtivo na sociedade como um todo.

Tal abordagem, aponta em síntese, de que por mais antagônica que pareça, que não há evidências seguras e palpáveis da correlação entre maior produção e diminuição da pobreza, desigualdade e fome no Brasil. Pois, nos principais estados produtores de grãos, por exemplo, os dados sobre a fome não destoam significativamente de outros estados sem alta produção.

Referências

BARROS, Geraldo S. **PIB do agronegócio brasileiro: comentários metodológicos**; CEPEA/ESALQ, nov. 2014.

CASTRO, Nicole R. **Agronegócio como instrumento de desenvolvimento socioeconômico no Brasil**. Artigo. <https://www.cepea.org.br/br/opiniao-cepea/agronegocio-como-instrumento-de-desenvolvimento-socioeconomico-no-brasil.aspx> Acesso em 03/07/2025

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Metodologia - PIB do Agronegócio Brasileiro: Base e Evolução**. Piracicaba, 2017.

CUNHA, José M. P. **A migração no Centro-Oeste brasileiro no período 1970-96: o esgotamento de um processo de ocupação** / José Marcos Pinto da Cunha. – Campinas: Núcleo de Estudos de População/ UNICAMP, 2002.

ELIAS, Denise. Agronegócio e regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.13, nº. 2, novembro, 2011, p. 153-167.

_____. Agronegócio e reestruturação urbana e regional no Brasil. In: BÜHLER, E.A., GUIBERT, M., and OLIVEIRA, V.L., comps. **Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul** [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, pp. 63-81.

_____. Agroindústria alimentar: epicentro do agronegócio no Estado do Ceará. **Revista franco-brasileira de geografia**, n. 45, 2020, 22 p.

_____. O alimento-mercadoria e a fome no Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 41, 2021, e.69103.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do Agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, nº. 1, maio, 2007, p. 25-39.

FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. 2023. **Versión resumida de El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2023**. Urbanización, transformación de los sistemas agroalimentarios y dietas saludables a lo largo del continuo rural-urbano. Roma, FAO.

FAMASUL: **balanço do Agro de MS em 2024: Soja puxa retração em VBP e exportações**, mas outras culturas contribuíram para o faturamento do setor 18/12/2024 - 16:15

GOVERNO FEDERAL, Ministério da Fazenda. Portal Dados Abertos. **Dados da arrecadação de impostos e contribuições federais administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB)**. <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/resultado-da-arrecadacao>

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. **Nota Técnica – Nº 80** – fevereiro, 2024.

IBGE: **Indicadores: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola Estatística da Produção Agrícola**, janeiro de 2025.

JOHNS, Paula; ALBIEIRO, S. Marília (orgs). **Dinâmica e diferenças dos preços dos alimentos no Brasil [livro eletrônico]: relatório**. São Paulo: ACT Promoção da Saúde, 2021.

PIRES, Manoel; TEIXEIRA JUNIOR, Giosvaldo. Gastos tributários estaduais: uma análise da experiência brasileira recente. **Texto de discussão**, n. 27, out. 2025, 31, p.

MITIDIERO-JUNIOR, Marco A.; GOLDFARB, Yamila. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil. Setembro de 2021, 40 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Secretaria Nacional de Renda e Cidadania** – SENARC.

NERI, Marcelo Côrtes. **Mapa da nova pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2022. Disponível em: <https://cps.fgv.br/mapanovapobreza>. Acesso em: 05 mai. 2025.



SOARES, Rogério B.; MAIA, Ana C. Perfil da agropecuária cearense no período de 2014 a 2021: importância e tendências do setor. In: BARRETO, Flavio A. et.al. **Evidências socioeconômicas recentes no Ceará**: choques adversos, avanços e desafios. SEPLAG / I INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ -IPECE, p. 33-60, Edição, Formato Digital, 2022, 330 p.